



Câmara Municipal de Tomar

7

DELIBERAÇÃO
(141/PGEN/DF/2024 - 2/PCONTAS/DF/2024)

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO DE TOMAR REFERENTE AO ANO DE 2023

Foi presente proposta do Sr. Presidente referente à informação n.º 706/2024 da Divisão Financeira, submetendo a apreciação do Executivo Municipal os documentos de prestação de contas do Município de Tomar referente ao ano de 2023, que apresenta os seguintes movimentos:

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL:

Saldo da gerência anterior: três milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, quinhentos e noventa e um euros e noventa e oito centimos (3.894.591,98€);

Receita: trinta e sete milhões, novecentos e quinze mil, quinhentos e trinta e quatro euros e setenta e dois centimos (37.915.534,72€);

Despesa: trinta e nove milhões, setecentos e sessenta mil, oitocentos e trinta euros e setenta e sete centimos (39.760.830,77€);

Saldo para a Gerência Seguinte: dois milhões, quarenta e nove mil, duzentos e noventa e cinco euros e noventa e três centimos (2.049.295,93€);


Rendimentos: trinta e cinco milhões, novecentos e trinta e dois mil, duzentos e quarenta e nove euros e vinte e nove centimos (35.932.249,29€);

Gastos: trinta e seis milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, seiscentos e nove euros e quinze centimos (36.443.609,15€);

Resultado Líquido do Exercício: quinhentos e onze mil, trezentos e cinquenta e nove euros e oitenta e seis centimos (511.359,86€).

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar os referidos documentos e submetê-los a apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra do Vereador Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e das Sras. Vereadoras Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado, que apresentaram a seguinte declaração de voto: “O documento da Prestação de Contas do Município de Tomar para 2023 avalia a execução das Grandes Opções do Plano e Orçamento. Partindo de um mau orçamento, como os Vereadores do PSD tiveram



oportunidade de analisar em dezembro de 2022, e com uma má execução o resultado só poderia ser fraco e esta Prestação de Contas traduz esse mau desempenho da governação socialista:

- Em 2 anos, a governação municipal socialista gastou mais 4 milhões de euros do que recebeu.
- o Em 2023, as despesas foram superiores às receitas em 1,845 milhões €;
- o E em 2022, as despesas ultrapassaram as receitas em 2,223 milhões €;
- A despesa aumentou 13,8% face ao ano anterior:
 - o 2022: 34.934M€;
 - o 2023: 39.761M€
- o Estamos a gastar mais, quase 5M€ a mais, e não se vislumbram resultados.
- As despesas correntes aumentaram mais de 5M€ em apenas 2 anos.
- As despesas correntes em 2023 representam 67% das despesas totais.
- o A este ritmo, vai deixar de haver saldo positivo de gerência.
- o Para compensar a falta de receitas, mais uma vez, foi utilizado o saldo de gerência que em dois anos passou de 6,118 milhões € para 2,049 milhões €;
- Resultado líquido do exercício baixou 1,333 milhão €;
- As finanças municipais dependem do Orçamento do Estado (quase 65%);
- A taxa de execução da receita não cumpre a lei:
 - o Diz o artigo 56º da Lei nº 73/2013 que “No caso de o município registar durante dois anos consecutivos uma taxa de execução da receita prevista no orçamento respetivo inferior a 85% são informadas as entidades referidas no nº 1”, ou seja, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais.
 - o Em 2022 a execução fixou-se em 79,2% e em 2023 em 73,39%, inferior a 85% em dois anos consecutivos.
- Receitas correntes empoladas no orçamento, o que leva a uma taxa de execução de 76%:
 - o Aquando as GOP e Orçamento alertámos para o empolamento de algumas rubricas e esta prestação de contas veio confirmar:
 - § “Outras Receitas”: 4,456M€ em orçamento, 31 lmil€ executados;
 - § ”Venda de bens e serviços”: 4,235M€ em orçamento 1.542M€ executados.
 - “Desenvolvimento económico”: 82% para Turismo e apenas 18% para a Economia Local, ou seja, áreas como a indústria, a agricultura e a floresta.
- Inversão da tendência de decréscimo do Prazo Médio de Pagamentos:
 - o 2022: 77 dias;
 - o 2023: 86 dias. 3 meses sem pagar pode não parecer muito, mas para as PMEs é uma demora que



pode causar problemas de tesouraria.

- Dívidas aos fornecedores correntes aumentaram 30%:

- o As dívidas aos fornecedores de conta corrente passaram de 4,247 Mil Euros (2022) para 5 Milhões e 558 Mil Euros (2023) (INF.PRESIDENTE);

- Abuso dos ajustes diretos:

- o Os ajustes diretos simplificados (2,298m€) representam 89,17% dos procedimentos das aquisições de bens e serviços, colocando em causa princípios de transparência e de concorrência de mercado.

Vejamos em detalhe.

Em termos orçamentais houve um grau de execução de 73% apesar das 16 alterações permutativas realizados ao longo de 2023.

Ilustram-se, mais detalhadamente, as execuções das rubricas, quer em termos de receitas quer em termos de despesas:

Receitas Cobradas	Orçamento	Execução	% Execução
Transferências Correntes do Estado	19.464.741	18.339.772	94%
Impostos	7.417.503	8.102.874	109%
Transferências de Capital (subsídios)	9.381.516	5.706.064	61%
Receitas Próprias	15.396.940	5.766.825	37%
Total da Receita Cobrada	51.660.700	37.915.535	73%

Salienta-se a execução das transferências de capital (subsídios decorrentes das candidaturas aprovadas), no valor de €5.706.064, atingindo 61% do previsto (9.381.516€). Investem-se 11 milhões de euros e apenas se conseguiram 5,7 milhões de candidaturas. As receitas de capital são largamente inferiores ao desejado, os financiamentos de projetos são muito baixos (não explicam os motivos de não se conseguirem mais subsídios).

Na rubrica de receitas próprias apenas se obtiveram €5.766.825, uma execução de 37% do valor estimado que havia sido €15.396.940. À data da apresentação das GOP'S e Orçamento, para 2023, deixámos bem claro o empolamento das receitas para acomodar ações que sabiam nunca ir realizar.

Despesa Paga	Orçamento	Execução	% Execução
Despesas com Pessoal	14.268.175	13.199.542	93%
Aquisição de Bens e Serviços	10.599.439	9.002.351	74%
Aquisição de Bens de Capital	19.018.486	11.180.670	62%
Outras Despesas	7.774.600	6.378.268	82%
Total das Despesas	51.660.700	39.760.831	77%



Em termos de despesas salientam-se os aumentos significativos da despesa total em 13,9%, sendo o aumento da despesa corrente em 9%, face ao ano anterior.

O saldo corrente é o segundo mais baixo dos últimos 5 anos. O saldo de capital foi negativo em €6.873.803,12, o que significa que o investimento realizado foi largamente superior às receitas de capital.

Verifica-se que pelo segundo ano consecutivo se verifica um défice orçamental superior a 2 milhões de euros. A Câmara está a gastar a um ritmo tal que coloca em risco o equilíbrio de tesouraria. Salienta-se a evolução da liquidez geral nos últimos 4 exercícios, sendo a registada em 2023 a mais baixa com o valor de 0,33. Se continuar a descer pode comprometer a capacidade de fazer face a compromissos futuros.

Passando à análise de gestão verifica-se que a execução dos objetivos ficou muito aquém:

Tabela 3 - Objetivos Estratégicos

	Orçamento 2023	Execução	Taxa de Execução
1. Coesão, Inclusão Social e Saúde	6 982 013,00 €	4 703 793,44 €	67%
2. Desenvolvimento Urbano	12 611 516,00 €	8 509 885,36 €	67%
3. Desenvolvimento Económico	3 730 021,00 €	2 898 283,95 €	78%
4. Transição Climática e Sust. de Recursos	2 062 205,00 €	1 094 666,97 €	53%
5. Gestão e Equilíbrio Financeiro	398 817,00 €	287 916,89 €	72%
6. Processos Internos	2 568 550,00 €	1 975 146,20 €	77%
Total	28 353 122,00 €	19 469 692,81 €	69%

1. Coesão, Inclusão social e Saúde – execução de 67%

No documento pode ler-se: “É fundamental para uma sociedade saudável e próspera o impacto do objetivo da Coesão, Inclusão social ... “De facto o mesmo incluía a saúde. Mas esta componente – **Saúde, foi completamente esquecida. – Sem execução nenhuma.** É lamentável que o executivo socialista tenha o levantamento da realidade das instalações onde funcionam os cuidados de saúde primários, há mais de 6 anos, quando foi feito o levantamento e nada foi planeado, ou realizado. Todos sabemos da relevância desta resposta para as populações. É indiscutível que para existir serviços de saúde são necessários profissionais, mas também, atualmente os profissionais não aceitam trabalhar sem condições. Este executivo escondeu, durante 4 meses, a decisão que tomou à revelia da reunião de Câmara de assinar o auto de transferência de competências na área da saúde. Já na Habitação a execução ficou-se pelos 44%, um objetivo prioritário que não passou disso mesmo. E que ficou marcado pelo caso de aquisição de propriedades com imóveis ilegais



(Cardelas) e também pelos procedimentos em Valbom que, à data de hoje, nada se sabe quanto ao seu andamento.

3- Desenvolvimento Económico

Verifica-se que foram alocados cerca de 3 milhões de euros ao Turismo, 10% do orçamento – em Turismo sem estratégia.

Destacar que o executivo não faz qualquer esforço por incentivar o investimento em outras áreas para o desenvolvimento económico. Por exemplo, a criação de eventos (por exemplo feira de âmbito industrial, agrícola ou mesmo de serviços), para atrair potenciais investidores; criação de estruturas de apoio a empreendedores, quer a nível administrativo, quer a nível desenvolvimento de produtos ou serviço durante os primeiros anos de vida da empresa; captação de investimento, ajuda a fixação de pessoas no conselho e naturalmente ajuda a economia local que depende em muito dos habitantes da região.

O turismo é importante, mas não podemos apostar numa única área da economia.

4- Transição Climática e sustentabilidade dos Recursos

Da análise dos programas que, apesar de serem muito pouco ambiciosos para o nosso Município, que ao nível dos espaços verdes e linhas de água a execução é de 38%. (pág. 35). Um executivo que aposta no Turismo e cuida muito pouco dos espaços verdes. Há muito que deixámos de ser a Cidade Jardim!

- Eficiência Energética – apesar das considerações genéricas sobre as opções tomadas, são inexistentes as análises de quanto se poupa e os comportamentos esperados no futuro.

Em termos mais gerais, identificam-se, desde o documento previsional, um conjunto de contradições:

- Posicionamento do Presidente e seu executivo face ao Orçamento e GOP:

- documento que traduz resposta a necessidades, por um lado,
- ilustra um conjunto de vontades

Fica à vista de todos o desnorte e falta de capacidade da governação para traçar um plano ou sequer para cumprir aquilo a que se propõe:

Apresentação e votação das GOP e Orçamento para 2023 (dezembro 2022)

Assumiram que “... a opção no ano de 2023, será a de reduzir significativamente o número de intervenções, assumindo-se apenas as seguintes: reabilitação do CM1119, reabilitação da Choromela, requalificação do Casal dos Frades e obviamente as intervenções relacionadas com a implementação da ELHT, sendo estas as mais significativas e que exigem maior esforço financeiro.”

E constavam da Tabela 16 do documento das GOP 2023:

o CM1119 (estrada da cabine) – 350.000,00

o Reabilitação do Casal dos Frades – (Parque Infantil) – 200.000,00

o Estrada da Choromela Av. Duarte Faustino 250.000,00

o Aquisição de terrenos diversos (estratégia Local de habitação) – 180.000,00

Apresentação e votação da Prestação de Contas (2023)

Nada do que foi assumido foi realizado! Nenhuma das intervenções, do reduzido número de intervenções, aconteceu.

Esta prestação de contas reflete os “zig zags” desta gestão municipal socialista.

Ficam patentes a falta de compromisso e a falta seriedade, afinal é da utilização dos dinheiros públicos que se trata. E não poderá continuar a ser com esta leviandade!

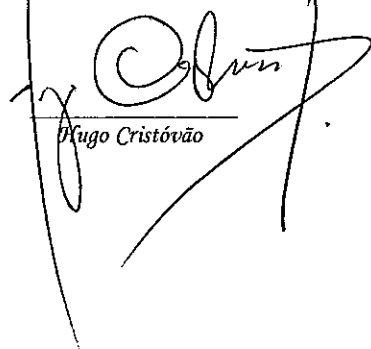
Por isso, os Vereadores do PSD votam contra.”.

Tomar, 8 de abril de 2024

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara



Hugo Cristóvão

A Coordenadora Técnica



Avelina Leal



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(143/PGEN/DF/2024 - 1/PASSFIN/DF/2024)

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO ATÉ 3.100.000,00€ PARA REQUALIFICAÇÃO DE VIAS E REABILITAÇÃO URBANA – autorização prévia

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal proposta a submeter à Assembleia Municipal para concessão de autorização prévia para a contratação de empréstimo, até 3.100.000,00€ (três milhões, cem mil euros), para requalificação de vias e reabilitação urbana, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 701/2024 e 705/2024 da Divisão Financeira.

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as informações n.ºs 701/2024 e 705/2024 da Divisão Financeira, deliberou solicitar à Assembleia Municipal autorização prévia para a contratação do referido empréstimo, nos termos do n.º 2 do artigo 51.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e as Sras. Vereadoras Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e Ana Isabel de Oliveira Palmeiro Calado apresentaram a seguinte declaração de voto: “Finalmente, ao fim de quase 11 anos, a governação municipal socialista descobriu que para fazer é necessário contrair empréstimos, ou seja, aumentar a dívida da Câmara Municipal de Tomar. Uma dívida que várias vezes a governação socialista tem criticado em relação aos mandatos liderados pelo PSD, esquecendo-se dos muitos milhões de obra feita.

Não deixa de ser curioso o timing deste empréstimo, certamente a ter em conta as eleições autárquicas de 2025 e assegurando um rol de inaugurações.

Relembramos também o facto destas obras serem necessárias há vários anos, tendo sido até consideradas em orçamento, com valores bastante inferiores aos agora apresentados.

Apesar disso, reconhecemos a importância destas obras e o impacto positivo que terão na qualidade de vida dos cidadãos, pelo que os Vereadores do PSD votam a favor.”.

Tomar, 8 de abril de 2024

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

Hugo Cristóvão

A Coordenadora Técnica

Avelina Leal



Câmara Municipal de Tomar

DELIBERAÇÃO
(4/CPUB/DF/2024)

ASSUNTO: CONCESSÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO E EXPLORAÇÃO DE QUIOSQUE SITO NA AVENIDA DONA MARIA II

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal a proposta constante do ponto 04 da informação n.º 667/2024 da Divisão Financeira para efeitos da concessão do direito de uso privativo e exploração de quiosque sito na avenida Dona Maria II, tornejando para a Rua General Fernando de Oliveira, por concurso público, nas condições definidas no programa e caderno de encargos apresentados.

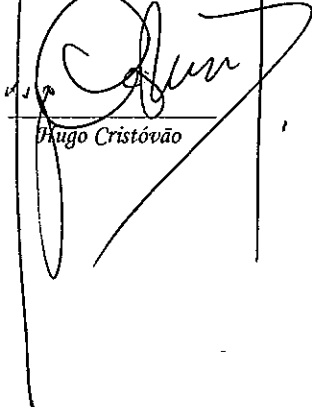
Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou submeter à Assembleia Municipal os referidos programa e caderno de encargos, em conformidade com o ponto 4 da informação n.º 667/2024 da Divisão Financeira, para efeitos da alínea p) do n.º 1 do artigo 25.º do regime jurídico das autarquias locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Tomar, 8 de abril de 2024

Seguimento:

- DF p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara



Hugo Cristóvão

A Coordenadora Técnica



Avelina Leal